

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS



CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA CIVIL

**CARGOS: ESCRIVÃO DE POLÍCIA E
INSPETOR DE POLÍCIA**

**SEGUNDA PARTE DA PROVA ESCRITA:
– CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

DATA: 18/08/2013 – TURNO: TARDE

INSTRUÇÕES GERAIS

Caro Candidato:

Leia com o máximo de atenção e cumpra rigorosamente as **instruções** que seguem, pois elas são parte integrante da prova e das normas que regem este Concurso Público.

Confira atentamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo. Caso contrário, solicite aos fiscais da sala a sua substituição.

1. O caderno de provas contém **50 questões objetivas**.
2. O tempo para a realização da prova é de **03 horas**, após a leitura destas instruções. Nesse tempo, está incluído o preenchimento da **FOLHA DE RESPOSTAS** referentes à prova objetiva.
3. O candidato só poderá retirar-se do recinto das provas após 1 (uma) hora do seu início.
4. O candidato só poderá levar o caderno de provas 2 (duas) horas após o seu início.
5. Cada questão objetiva oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras **a, b, c, d, e**, sendo apenas 1 (uma) correta quanto à formulação proposta.
6. Com o início da prova, encerra-se o tempo para qualquer questionamento: **o entendimento das questões é parte integrante da prova**.
7. É vedado ao candidato qualquer tipo de comunicação com pessoas e consulta a livros, revistas ou anotações, bem como o uso de máquina de calcular, fones de ouvido, celular ou qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Quanto à **FOLHA DE RESPOSTAS** – parte integrante desta prova – o candidato deve:
 - a) assiná-la no local indicado para tal fim;
 - b) preenchê-la, assinalando, na destinada à prova objetiva, somente uma alternativa (a, b, c, d, e) de cada questão, hachurando-a totalmente com caneta azul ou preta de ponta grossa suficientemente pressionada, conforme exemplo: ●
 - c) devolvê-la aos fiscais de sua sala sem dobras e sem amassaduras, ao final da prova.
9. Serão **anuladas** as questões da prova objetiva que apresentarem qualquer assinalação diferente da prevista na letra b do item 8, as não assinaladas ou as assinaladas em duplicidade, bem como as emendadas ou rasuradas ou com borraduras.

BOA PROVA!

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA
PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PENAL

01. Considere as afirmações abaixo a respeito do crime tentado e do crime impossível.
- I – Nos casos dos institutos conhecidos como desistência voluntária e arrependimento eficaz, o sujeito ativo não responde pelo crime tentado, mas apenas pelos atos já praticados. Assim, a tentativa do crime desaparece, mas não desaparecem os delitos praticados em seu curso.
 - II – A desistência voluntária somente é possível na tentativa imperfeita; já o arrependimento eficaz somente é possível na tentativa perfeita. Via de regra, a primeira consiste em uma omissão, enquanto a segunda, em uma ação impeditiva do resultado.
 - III – É considerado crime impossível a hipótese de “flagrante esperado”, também denominado “crime de ensaio”, caso corriqueiro enfrentado na rotina policial.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a III.
- c) Apenas a I e a II.
- d) Apenas a II e a III.
- e) A I, a II e a III.

02. Considere as seguintes afirmações, acerca de questões criminais no Direito Penal.
- I – É muito comum na entrada dos estádios de futebol, principalmente em grandes jogos, a presença de pessoas popularmente conhecidas como cambistas, ou seja, sujeitos que vendem ingressos para o evento esportivo por preço superior ao estampado no bilhete oficial. Às vésperas da realização de uma Copa do Mundo no Brasil, o país ainda não conta com um tipo penal específico para criminalizar esse tipo de conduta.
 - II – O homicídio praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança, é conduta que já encontra previsão específica quanto à tipicidade no ordenamento penal brasileiro vigente.
 - III – A exigência de cheque-caução, nota promissória ou qualquer outra garantia como pressuposto para o atendimento médico-hospitalar de emergência, independentemente do resultado naturalístico produzido, configura infração administrativa, porém não configura crime por falta de previsão legal.
 - IV – O crime de poluição é um dos mais graves contra o meio ambiente: “Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.” Então, o *caput* do artigo 54, da Lei nº 9.605/98, consiste em um crime de dano ou de perigo à saúde humana e, necessariamente, de dano à fauna e à flora.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a II e a III.
- d) Apenas a II e a IV.
- e) Apenas a I, a III e a IV.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

Instrução: Para responder as questões de números 03 a 07, considere as situações respectivamente descritas.

03. Sujeito X conduzia seu veículo automotor na via pública em velocidade compatível e na mão correta de direção. Ao mesmo tempo, teclava mensagens em seu telefone celular. Assim, acabou atropelando um jovem de 23 anos. Em face da hemorragia craniana sofrida, o jovem chegou a ficar em coma, ou seja, sofreu risco de morte durante cinco dias, tendo sobrevivido com algumas sequelas.

Diante do exposto, por qual delito o sujeito X deverá responder?

- a) Delito de lesões corporais qualificadas graves, previsto pelo Código Penal.
 - b) Delito de tentativa de homicídio, previsto pelo Código Penal, ficando as lesões absorvidas pelo crime de maior gravidade.
 - c) Delito de lesões corporais culposas, previsto pelo Código Penal.
 - d) Delito de lesões corporais culposas, previsto pelo Código de Trânsito Brasileiro.
 - e) Crime de lesões corporais preterdolosas, previsto pelo Código Penal.
04. O agente policial A, empregou métodos truculentos contra a vítima Z (causando-lhe intenso sofrimento físico) a fim de obter confissão acerca de um suposto crime de estelionato que ela teria praticado. Como decorrência, embora o agente policial A não tenha agido diretamente com *animus necandi*, a vítima Z veio a óbito. O agente B, superior imediato do agente A, podia e devia ter agido para evitar o ocorrido, já que a tudo assistiu; entretanto, preferiu se omitir para “não se incomodar”.
- Nesse caso, que delitos foram cometidos pelos agentes A e B?
- a) Homicídio qualificado pela tortura em concurso de pessoas.
 - b) Homicídio qualificado pela tortura e omissão de socorro, respectivamente.
 - c) Tortura seguida de morte em concurso de pessoas.
 - d) Tortura dolosa e homicídio doloso como garantidor, respectivamente.
 - e) Tortura seguida de morte e tortura por omissão, respectivamente.

05. Jovem com 18 anos sequestra o próprio avô de 65 anos de idade, colocando-o em cativeiro. Fazendo-se passar por um desconhecido, pede à família o valor do resgate. A família não paga o valor estipulado. Decorridos dez dias do sequestro, ainda sem o pagamento, a polícia descobre e “estoura” o cativeiro, libertando a vítima.

Com relação ao problema apresentado, assinale V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O sequestrador ficará isento de pena, pois o delito foi praticado contra ascendente.
- () A polícia não poderia ter ingressado no local sem mandado judicial, pois o crime já estava consumado e exaurido desde o momento do sequestro.
- () Trata-se de tentativa de extorsão mediante sequestro.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) F – V – F.
- d) F – F – V.
- e) F – F – F.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

06. Fulano, da janela de sua casa, avistou indivíduo apontando uma pistola para seu filho Beltrano, de 14 anos de idade, que retornava da escola. Imaginando tratar-se de um roubo, pegou sua espingarda de caça e, imediatamente, atirou contra o suposto assaltante, o qual, na verdade, era apenas um ator circense, fazendo brincadeiras na rua com os pedestres, com uma pistola d'água. Fulano errou o tiro e acertou, sem querer, o próprio filho, vindo a matá-lo. Assinale a alternativa que melhor define a situação jurídico-penal de Fulano.
- a) Mesmo tendo errado o disparo, Fulano agiu em legítima defesa putativa de terceiro.
 - b) Fulano praticou homicídio doloso contra descendente.
 - c) Fulano agiu acobertado pelo instituto da legítima defesa real.
 - d) Fulano praticou homicídio doloso tentado em relação ao artista circense.
 - e) Pelo erro na execução, Fulano deve responder pela tentativa de homicídio em relação ao ator de rua e pelo homicídio culposo em relação a seu filho.
07. Fulana, da área da saúde, foi contratada emergencialmente pela Prefeitura de um Município para atender no posto de saúde pública da cidade. Ela e sua amiga Beltrana, que não tem qualquer vínculo com a administração pública, mas é conhecedora da situação funcional de Fulana, em comunhão de vontades e conjugação de esforços, venderam o *laptop* que esta possuía em carga para o exercício da sua função, sendo o dinheiro da venda repartido entre as duas. Assim, Fulana e Beltrana devem responder, por
- a) apropriação indébita em coautoria.
 - b) apropriação indébita e furto, respectivamente.
 - c) peculato-apropriação e furto, respectivamente.
 - d) peculato-furto e furto, respectivamente.
 - e) peculato-apropriação em coautoria.
08. Uma das maiores mazelas que atinge a sociedade contemporânea é o delito de corrupção, em qualquer de suas modalidades, e suas consequências. No Direito Penal, estuda-se a corrupção de forma mais aprofundada e específica, dando-lhe contornos objetivos que permitem o enquadramento típico do comportamento analisado. Sobre o tema, é correto afirmar que
- a) a corrupção ativa é crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa. Não se exige qualquer condição especial do sujeito ativo. É delito praticado contra a Administração da Justiça. Já a corrupção passiva é praticada apenas por servidores públicos. Sempre que houver corrupção ativa, haverá a passiva e vice-versa.
 - b) a corrupção de testemunhas também é uma modalidade de corrupção, apresentada como crime específico contra a Administração da Justiça. Tanto a testemunha que faz afirmação falsa, quanto aquele sujeito que oferece, dá ou promete dinheiro ou qualquer vantagem a ela para tal finalidade comete crime.
 - c) a concussão é a modalidade mais gravosa da corrupção e ocorre quando o servidor público, em vez de exigir, apenas solicita a vantagem indevida. É crime contra a Administração Pública.
 - d) o servidor público que pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, infringindo dever funcional, apenas cedendo a pedido ou influência de outrem, não comete crime.
 - e) tanto a corrupção ativa como a passiva são consideradas crimes próprios, ou seja, exigem a condição de servidor público do sujeito ativo.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

09. Todas as afirmações abaixo sobre crimes contra a dignidade sexual são verdadeiras, **EXCETO** uma delas. Assinale-a.
- a) Um cliente que contrata moça com 16 anos de idade para fazer “programa”, vindo a praticar conjunção carnal com ela, sabendo sua idade e que a mesma é submetida à exploração da prostituição, pratica delito.
 - b) No crime de estupro de vulnerável, procede-se, mediante ação penal pública condicionada, à representação da vítima.
 - c) Todos os processos em que se apuram crimes contra a dignidade sexual devem correr em segredo de justiça. Isto também deve ser aplicado à fase do inquérito policial.
 - d) Atualmente, o estupro, em todas as suas modalidades, é considerado crime hediondo.
 - e) No caso de crimes contra a dignidade sexual praticados contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, são cabíveis, em tese, as medidas protetivas da chamada Lei “Maria da Penha”.
10. A respeito dos crimes contra a honra e dos crimes raciais, assinale **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.
- () A única hipótese admitida quanto à exceção da verdade no delito de difamação ocorre quando o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
 - () A ação penal no crime de injúria racial é privada, sendo inaceitável e intolerável em uma sociedade democrática.
 - () Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo, é conduta prevista como crime pelo legislador brasileiro.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) V – F – V.
- d) V – F – F.
- e) F – F – F.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA
DIREITO PROCESSUAL PENAL

11. Com relação à Lei Federal nº 9.296/96, que trata da interceptação de comunicações telefônicas, assinale a alternativa correta.
- a) É cabível a interceptação de comunicações telefônicas para investigar qualquer espécie de infração penal, inclusive crime punido com pena de detenção.
 - b) O prazo para a realização de interceptação de comunicações telefônicas será de vinte dias, não podendo haver, ainda que demonstrada a necessidade desse meio de prova, a sua renovação.
 - c) As diligências inerentes à interceptação de comunicação telefônica serão sigilosas, razão pela qual tramitarão, durante a investigação criminal, em autos apartados do inquérito policial.
 - d) Em situações em que haja urgência na investigação de uma infração penal de natureza grave, poderá a polícia judiciária realizar interceptação telefônica sem autorização do juiz competente.
 - e) Se as comunicações interceptadas forem gravadas durante a investigação criminal, não haverá a necessidade de transcrição das conversas que servirem como prova no inquérito policial.
12. De acordo com a Súmula Vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal (STF), que trata do direito de vista aos autos do inquérito policial, é correto afirmar que
- a) qualquer pessoa do povo tem o direito de examinar inquéritos policiais que estejam tramitando em Delegacias de Polícia, já que vigora na fase da investigação criminal o princípio da publicidade.
 - b) é prerrogativa do advogado, no interesse do representado, ter acesso aos elementos de prova decorrentes de diligências investigatórias documentadas no inquérito policial, que já tenham sido realizadas pela polícia judiciária e que digam respeito ao exercício do direito de defesa.
 - c) qualquer advogado terá direito de examinar inquérito policial que tramite contra determinado investigado, mesmo que não seja por este constituído e que esse exame não se relacione ao exercício do direito de defesa.
 - d) é prerrogativa do advogado constituído pelo investigado, em razão do direito de defesa, ter acesso a quaisquer diligências investigatórias, inclusive àquelas de caráter sigiloso que estejam em andamento ou venham a ser realizadas pela polícia judiciária.
 - e) os jornalistas, em virtude do direito que a população possui de ser informada sobre fatos criminosos, podem acessar, independentemente de autorização da autoridade policial, os autos de inquéritos policiais que estejam em andamento nas Delegacias de Polícia.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

13. Em relação ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.
- a) A autoridade policial pode decretar a incomunicabilidade do investigado preso pelo prazo de cinco dias, não permitindo que converse com seu advogado durante esse período.
 - b) Por ser o inquérito policial um procedimento inquisitorial, as vítimas e os investigados não poderão requerer diligências à autoridade policial.
 - c) Durante o inquérito policial, na produção da prova oral, conforme ordem estabelecida pelo Código de Processo Penal, a autoridade policial deverá ouvir, primeiramente, a vítima; na sequência, as testemunhas; por fim, o investigado.
 - d) Poderá a autoridade policial arquivar o inquérito policial, na própria Delegacia de Polícia, se evidenciado, em até dez dias após a sua instauração, que o fato investigado não caracteriza infração penal.
 - e) Havendo prova da existência de crime e indícios suficientes de autoria, a autoridade policial, no relatório final do inquérito policial, poderá indicar testemunhas que não tenham sido ouvidas, referindo o endereço onde possam ser localizadas.
-
14. Considerando-se as normas e os preceitos inerentes à ação penal, assinale a alternativa correta.
- a) Nos casos de crimes em que a ação penal seja pública condicionada à representação, a retratação não poderá ser feita após o registro do boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia.
 - b) Ao tomar conhecimento de um delito em que a ação penal seja privada e que a vítima registre, expressamente, que não deseja a investigação criminal, a autoridade policial, mesmo assim, deverá apurá-lo.
 - c) Nos delitos em que a ação é pública condicionada à representação, havendo por parte da vítima, no curso de inquérito policial, retratação da representação apresentada, deverá a autoridade policial realizar os interrogatórios dos investigados e as demais diligências destinadas à conclusão das investigações antes de determinar o arquivamento do procedimento referido.
 - d) Ao tomar conhecimento de um crime em que a ação penal seja pública incondicionada, deve a autoridade policial, independentemente da vontade da vítima, investigá-lo.
 - e) Nos crimes em que a ação penal seja pública condicionada à representação, a autoridade policial pode instaurar inquérito policial sem essa condição.
-
15. Com relação ao exame do corpo de delito e às perícias em geral, assinale a alternativa correta.
- a) O exame complementar de lesão corporal, que tiver a finalidade de demonstrar que a ofensa à integridade física da vítima a incapacitou para as ocupações habituais por mais de trinta dias, deverá ser realizado, de acordo com o que prescreve o Código de Processo Penal, logo que decorra o prazo referido, contado da data do crime.
 - b) O exame de corpo de delito, nas infrações penais que deixam vestígios, sempre deverá ser realizado por dois peritos oficiais.
 - c) Nas infrações penais que deixam vestígios, o laudo pericial poderá ser substituído, na fase policial, por laudo feito por assistente técnico do investigado.
 - d) Na ausência de perito oficial, o exame de corpo de delito poderá ser feito por uma pessoa idônea, exigindo-se apenas que tenha conhecimento técnico na área da análise.
 - e) A confissão do investigado supre a ausência de exame de corpo de delito.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

16. Levando-se em consideração a Lei Federal nº 9.099/95, que dispõe sobre o Juizado Especial Criminal, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) São infrações penais de menor potencial ofensivo todos os crimes cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano.
 - b) O inquérito policial é dispensável para a denúncia, que pode ser oferecida com base no termo circunstanciado.
 - c) Se o autor de uma infração penal de menor potencial ofensivo for encaminhado, imediatamente, ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante.
 - d) No caso de lesão corporal de natureza leve, o exame de corpo de delito é prescindível para a denúncia quando a materialidade do crime estiver demonstrada por um atestado médico.
 - e) Se, no curso de um inquérito policial em que se investiga um roubo, a polícia judiciária também constatar a ocorrência de uma infração penal de menor potencial ofensivo conexa, todos os fatos criminosos poderão ser apurados nesse mesmo procedimento policial, não havendo necessidade de se elaborar, paralelamente, um termo circunstanciado.
17. Com relação à prisão em flagrante, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) A polícia judiciária não poderá lavrar auto de prisão em flagrante na situação que envolver indivíduo flagrado transportando, para consumo pessoal, cocaína, mesmo que este não assuma o compromisso de comparecer ao Juizado Especial Criminal.
 - b) Inexistindo testemunhas que tenham presenciado a prática da infração penal, não poderá ser lavrado o auto de prisão em flagrante.
 - c) Se o preso não informar o nome de seu advogado, cópia do auto de prisão em flagrante deverá ser remetida para a Defensoria Pública.
 - d) Deverá ser entregue ao preso, em até 24 horas após a prisão, a nota de culpa, documento que lhe informa o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas.
 - e) A prisão e o local onde se encontra o preso deverão ser comunicados ao magistrado competente, ao Ministério Público e ao familiar do autuado ou à pessoa por ele indicada.
18. Levando-se em consideração a Lei Federal nº 7.960/89, que dispõe sobre prisão temporária, assinale a alternativa correta.
- a) A prisão temporária pode ser decretada de ofício pelo juiz.
 - b) A prisão temporária é cabível no curso de um processo penal destinado à instrução e ao julgamento de um furto qualificado.
 - c) No caso do crime de latrocínio, que é o roubo com morte, o prazo da prisão temporária será de cinco dias, podendo ser prorrogado, em caso de extrema necessidade, por igual período, uma única vez.
 - d) O preso não tem direito de receber nota de culpa.
 - e) Caberá prisão temporária, no curso de uma investigação criminal que apure o crime de estupro, quando a prisão for imprescindível para a conclusão do inquérito policial.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

19. Com relação à busca e à apreensão, assinale a alternativa correta.
- a) Se a autoridade policial estiver presente na busca domiciliar, não existe necessidade de determinação judicial para ingresso na casa do investigado, seja qual for a espécie de infração penal sob investigação.
 - b) Iniciadas as buscas em uma casa às 17 horas e 40 minutos, em cumprimento à determinação judicial, a autoridade policial e seus agentes deverão sair do local até as 18 horas, ainda que haja extrema necessidade de se continuar com as diligências no interior da residência.
 - c) Para a apreensão de documentos no interior de um quarto de hotel ocupado, deverá a polícia judiciária possuir autorização judicial para ingressar no local, já que é considerado, para efeitos penais, como casa.
 - d) Em nenhuma hipótese será permitido o emprego de força contra coisas em buscas domiciliares, por ser a casa o asilo inviolável do indivíduo.
 - e) A busca pessoal, conforme determina o Código de Processo Penal, sempre dependerá de prévia autorização judicial.
20. Diante do que estabelece o Código de Processo Penal em relação ao reconhecimento de pessoas e coisas, assinale a alternativa **INCORRETA**.
- a) Se a testemunha ficar com receio, por efeito de intimação, de ficar frente a frente com o investigado, a autoridade policial providenciará para que este não veja aquela.
 - b) O reconhecedor deverá descrever, previamente ao ato de reconhecimento de pessoa, as características da pessoa que deva ser reconhecida.
 - c) Sempre que possível, deve-se colocar a pessoa cujo reconhecimento se pretender ao lado de outras semelhantes.
 - d) Havendo duas testemunhas do crime, pode a polícia judiciária colocá-las, de maneira simultânea, na sala de reconhecimentos em que se encontra o investigado, permitindo que elas conversem entre si.
 - e) Deve a polícia judiciária lavrar auto do ato de reconhecimento, que será assinado pela autoridade policial, pelo reconhecedor e por duas testemunhas presenciais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. Considerando os preceitos constitucionais abaixo, complete as lacunas com os respectivos destinatários dos incisos, de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal:

I _____ são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II _____ será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

XVI – _____ podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

LI – nenhum _____ será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LXXIII – qualquer _____ é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Assinale a alternativa cujas palavras ou expressões completam corretamente as lacunas, de cima para baixo, dos incisos acima.

- a) todos – nenhum cidadão – homens e mulheres – estrangeiro – brasileiro
- b) homens e mulheres – ninguém – todos – cidadão – pessoa
- c) as pessoas – nenhum cidadão – os homens – cidadão – brasileiro
- d) homens e mulheres – ninguém – todos – brasileiro – cidadão
- e) os brasileiros – nenhum cidadão – todos – preso – cidadão

22. Consoante o artigo 136 da Constituição Federal, o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

Diante dessa afirmativa, assinale a alternativa **INCORRETA** relacionada à vigência do estado de defesa.

- a) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado enquanto persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- b) a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- c) a comunicação será acompanhada de declaração, pela autoridade, do estado físico e mental do detido no momento de sua autuação.
- d) a prisão ou detenção de qualquer pessoa não poderá ser superior a dez dias, salvo quando autorizada pelo Poder Judiciário.
- e) é vedada a incomunicabilidade do preso.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

23. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) São requisitos constitucionais autorizadores da interceptação das comunicações telefônicas, conforme artigo 5º, inciso XII: mediante ordem judicial; nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer; para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- b) O uso de algemas só é lícito em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, sendo dispensada qualquer outra formalidade, consoante o texto da súmula vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal.
- c) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, é ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito, não obstante o texto original do artigo 5º, LXVII (*“não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”*), da Constituição Federal.
- e) O preceito constitucional que inadmite, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos, de acordo com o artigo 5º, inciso LVI, é extensivo, em sua interpretação, para a ilicitude da prova derivada daquela.

24. Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A Constituição Federal prevê o julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça, no artigo 29, inciso X; entretanto, tal interpretação restringe-se aos crimes de competência da Justiça comum estadual, nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau.
- b) Há previsão constitucional de inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.
- c) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, podendo inclusive determinar busca domiciliar e outras medidas sujeitas à cláusula de reserva jurisdicional.
- d) No sistema constitucional brasileiro, a função de apurar as infrações penais foi expressamente atribuída à polícia federal e às polícias civis.
- e) O Supremo Tribunal Federal reconheceu ao Ministério Público a competência para promover investigações de natureza penal, de forma subsidiária e em casos específicos, segundo a teoria dos poderes implícitos.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

25. Em referência ao artigo 144 da Constituição Federal – Capítulo III – Da Segurança Pública, pode-se inferir que
- I – à polícia federal destina-se, entre outras atribuições, apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
 - II – às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
 - III – o rol das Instituições de Segurança Pública, previsto no artigo 144 da Constituição Federal, é taxativo, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal.
 - IV – a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.
 - V – os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I, a II e a IV.
 - b) Apenas a I, a II e a V.
 - c) Apenas a II, a III e a IV.
 - d) Apenas a III, a IV e a V.
 - e) A I, a II, a III, a IV e a V.
26. Depreende-se do preceito constitucional consagrador da inviolabilidade de domicílio, firmado no artigo 5º, XI, da Constituição Federal, que
- a) a busca domiciliar deverá ser autorizada somente pelo Poder Judiciário em virtude da cláusula de reserva jurisdicional.
 - b) a proteção constitucional à inviolabilidade de domicílio abrange todo local, delimitado e separado, que alguém ocupa com exclusividade, a qualquer título, à exceção da atividade profissional, pois neste caso não se preservam a intimidade e a vida privada do indivíduo.
 - c) a busca domiciliar poderá ser determinada pela autoridade policial sempre que esta acompanhar a diligência.
 - d) a busca domiciliar poderá ser executada a qualquer horário do dia ou da noite, desde que haja autorização judicial.
 - e) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, nem em caso de flagrante delito.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA
DIREITOS HUMANOS

27. Para os efeitos da Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, o ato de tortura
- a) caracteriza-se somente quando praticado por funcionário público.
 - b) é sempre praticado com o fim de obter uma informação ou confissão.
 - c) não se configura quando a pena ou o sofrimento forem consequência da privação legítima da liberdade.
 - d) nem sempre constitui uma ofensa à dignidade humana.
 - e) é admitido quando há estado de guerra ou ameaça de guerra.
-
28. Nos termos do artigo 5º da Constituição Federal brasileira de 1988, são imprescritíveis
- a) os crimes de tráfico de entorpecentes e de terrorismo.
 - b) os crimes de terrorismo e de racismo.
 - c) os crimes de tortura e de terrorismo.
 - d) os crimes de racismo e de tortura.
 - e) a prática de racismo e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
-
29. Segundo a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, o uso da força por agentes de segurança pública deverá obedecer aos princípios da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade, da moderação e da conveniência.
- Considere abaixo os significados de alguns desses princípios.
- 1. A força não poderá ser empregada quando, em função do contexto, possa ocasionar danos de maior relevância do que os objetivos legais pretendidos.
 - 2. Determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos.
 - 3. O nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente de segurança pública.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta entre o nome do princípio e o significado correspondente.

- a) 1. moderação, 2. proporcionalidade e 3. conveniência.
- b) 1. proporcionalidade, 2. moderação e 3. necessidade.
- c) 1. conveniência, 2. necessidade e 3. proporcionalidade.
- d) 1. necessidade, 2. proporcionalidade e 3. moderação.
- e) 1. moderação, 2. necessidade e 3. conveniência.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

30. Considere as seguintes afirmações à luz do que dispõe a Portaria Interministerial nº 4.226, de 31 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes sobre o uso da força pelos agentes de segurança pública.

- I – É legítimo o uso de armas de fogo contra pessoa em fuga, ainda que esta esteja desarmada.
- II – O fato de um veículo desrespeitar bloqueio policial em via pública torna, independentemente de qualquer outra circunstância, legítimo o uso de armas de fogo contra o tal veículo.
- III – Os chamados “disparos de advertência” não são considerados prática aceitável, em razão da imprevisibilidade de seus efeitos.
- IV – O ato de apontar arma de fogo contra pessoa durante os procedimentos de abordagem não deve ser uma prática rotineira e indiscriminada.
- V – Sem prejuízo de outras medidas, todo agente de segurança pública que, em razão da sua função, possa vir a se envolver em situações de uso da força, deverá portar, no mínimo, 2 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I e a II.
- b) Apenas a I e a III.
- c) Apenas a II, a III e a IV.
- d) Apenas a III, a IV e a V.
- e) Apenas a I, a II, a IV e a V.

31. Nos termos do Decreto Estadual nº 48.118, de 27 de junho de 2011, nome social é aquele pelo qual travestis e transexuais se identificam e são identificados pela sociedade. Considerando a regulamentação desse direito, pelo Decreto Estadual nº 49.122, de 17 de maio de 2012, analise as afirmações abaixo.

- I – É requisito obrigatório para confecção da Carteira de Nome Social a prévia identificação civil no Estado do Rio Grande do Sul.
- II – É possível alterar o prenome escolhido, mesmo após a expedição da Carteira de Nome Social.
- III – A confecção da Carteira de Nome Social cabe ao Instituto-Geral de Perícias.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a III.
- b) Apenas a I e a II.
- c) Apenas a I e a III.
- d) Apenas a II e a III.
- e) A I, a II e a III.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

32. De acordo com a Portaria Interministerial SEDH/MJ nº 2, de 15 de dezembro de 2010, uma das diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública é direcionar as atividades de formação no sentido de consolidar a compreensão de que a atuação desses profissionais, orientada por padrões internacionais de respeito aos Direitos Humanos, não dificulta, nem enfraquece a atividade das instituições de segurança pública, mas confere-lhes credibilidade, respeito social e eficiência superior.

Além dessa diretriz, a Portaria referida prevê as seguintes, **EXCETO** uma delas. Assinale-a.

- a) Garantir que todos os atos decisórios de superiores hierárquicos dispondo sobre punições, escalas, lotação e transferências sejam devidamente motivados e fundamentados.
- b) Estimular a prática regular de exercícios físicos, não se computando as horas de atividade física como parte da jornada semanal de trabalho.
- c) Promover e estimular a realização de atividades culturais e esportivas nas instalações físicas de academias de polícia, quartéis e outros prédios das corporações, em finais de semana ou em outros horários de disponibilidade de espaços e equipamentos.
- d) Desenvolver programas de prevenção ao suicídio, disponibilizando atendimento psiquiátrico, núcleos terapêuticos de apoio e divulgação de informações sobre o assunto.
- e) Implementar os paradigmas de acessibilidade e empregabilidade das pessoas com deficiência em instalações e equipamentos do sistema de segurança pública, assegurando a reserva constitucional de vagas nos concursos públicos.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA
DIREITO ADMINISTRATIVO

33. Considere as afirmações abaixo sobre os princípios da Administração Pública.
- I – Segundo o princípio da legalidade, o administrador público está autorizado a fazer tudo aquilo que a lei não proíbe.
 - II – O desvio de finalidade do ato administrativo configura ofensa ao princípio da impessoalidade.
 - III – As chamadas cláusulas exorbitantes previstas nos contratos administrativos regidos pela Lei Federal nº 8.666/93 são manifestações concretas do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
 - IV – O princípio da razoabilidade, por não constar de forma expressa na Constituição Federal de 1988, não tem qualquer relevância para o Direito Administrativo.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
 - b) Apenas a I e a II.
 - c) Apenas a II e a III.
 - d) Apenas a III e a IV.
 - e) Apenas a II, a III e a IV.
-
34. Sobre os poderes da Administração Pública, é correto afirmar que
- a) o poder disciplinar é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade.
 - b) a coercibilidade e a autoexecutoriedade são atributos do poder de polícia.
 - c) o poder vinculado, ao contrário do poder discricionário, visa à concretização do princípio da legalidade.
 - d) no poder discricionário, a lei confere à Administração Pública, para a prática de atos administrativos, a liberdade de escolha quanto à sua conveniência, oportunidade e finalidade.
 - e) o poder regulamentar é o que confere à Administração Pública a prerrogativa de aplicar penalidades aos seus servidores que praticaram determinada infração disciplinar.
-
35. A respeito dos atos administrativos, é correto afirmar que
- a) o poder de autotutela permite à Administração Pública anular seus próprios atos por motivos de ilegalidade ou ilegitimidade.
 - b) são elementos formativos do ato administrativo a competência, a finalidade, a forma, a motivação e o objeto.
 - c) a autoexecutoriedade e a imperatividade são atributos presentes em todas as espécies de atos administrativos.
 - d) a revogação do ato administrativo funda-se no poder discricionário e pode ser efetivada tanto pela Administração Pública como judicialmente.
 - e) o ato administrativo discricionário, por se fundar em razões de conveniência e oportunidade, é insuscetível de anulação.

POLÍCIA CIVIL – ESCRIVÃO DE POLÍCIA E INSPETOR DE POLÍCIA

36. A respeito das competências da Polícia Civil previstas na Lei Estadual nº 10.994/97, é **INCORRETO** afirmar que à Polícia Civil compete
- a) exercer as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares.
 - b) praticar os atos necessários para assegurar a apuração de infrações penais, inclusive a representação e o cumprimento de mandado de prisão, a realização de diligências requisitadas pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público nos autos do inquérito policial e o fornecimento de informações para a instrução processual.
 - c) zelar pela ordem e segurança pública, promovendo ou participando de medidas de proteção à sociedade e ao indivíduo.
 - d) adotar as providências necessárias para evitar perigo ou lesões às pessoas e danos aos bens públicos ou particulares.
 - e) exercer as funções de polícia preventiva e a apuração das infrações penais.

37. Sobre o regime disciplinar dos servidores da Polícia Civil, considere as seguintes afirmações.

- I – As transgressões disciplinares podem ser apuradas por meio de sindicância, inquérito policial ou processo administrativo-disciplinar.
- II – As transgressões disciplinares podem ser apuradas somente por meio de sindicância e processo administrativo-disciplinar.
- III – Poderá ser afastado preventivamente das funções, sem direito à percepção dos vencimentos e até a completa apuração dos fatos, o funcionário ao qual for imputada falta que, por sua natureza, recomende tal providência.
- IV – O processo administrativo-disciplinar será instaurado por determinação do Governador do Estado, do Secretário da Segurança Pública, ou por deliberação do Conselho Superior de Polícia, para apurar responsabilidade do servidor, sempre que a imputação, verificada por meio de sindicância ou inquérito, possa importar na aplicação das penas de demissão, demissão a bem do serviço público, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Quais estão corretas?

- a) Apenas a I.
 - b) Apenas a III.
 - c) Apenas a I e a IV.
 - d) Apenas a II e a III.
 - e) Apenas a II e a IV.
38. Sobre os meios de controle da Administração Pública, é correto afirmar que
- a) o controle administrativo quanto ao mérito pode ser efetivado pela Administração Pública e judicialmente.
 - b) o controle legislativo incide sobre a legalidade e o mérito de determinados atos do Poder Executivo, objetivando os superiores interesses do Estado e da coletividade.
 - c) o Mandado de Segurança é o meio constitucional posto à disposição do particular para lhe assegurar o conhecimento de registros concernentes ao postulante e constantes de repartições públicas ou particulares acessíveis ao público.
 - d) a legitimidade para a propositura da ação popular independe de seu autor estar no pleno gozo dos direitos políticos.
 - e) o controle judicial dos atos administrativos decorre do poder de autotutela.